

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.756 - RJ
(2019/0182484-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : ELENILDES ALVES BENTO
ADVOGADO : WELLITON ESCARIÃO NÓBREGA - RJ120426
EMBARGADO : VALDETE FRICKS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCIO FERREIRA MATTOS - RJ094396

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão em que neguei provimento ao agravo em recurso especial interposto pela embargante.

Em seu recurso, a parte embargante sustenta a existência de omissão na decisão, quanto às teses de nulidade processual por: I - " falta de comprovante de residência da ré"; II - "mandato defeituoso outorgado pela autora ao seu patrono"; e, III - falta de citação em litisconsórcio necessário.

Sustenta a ocorrência de equívoco da decisão embargada, quanto à análise das teses de nulidade por: I - "Declaração feita pela embargada de endereço não verdadeiro"; II - "documento de identificação vencido"; e, III - "indeferimento indevido de provas requeridas pela embargante".

Repisa os argumentos do recurso especial.

Intimada, a embargada não se manifestou.

Passo a decidir.

Não se verificam as omissões apontadas, devendo-se manter a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Na hipótese a decisão foi clara em afastar as teses que a parte reputa omissas, com base na aplicação das Súmulas 283 e 284, do STF, bem como nos princípios da instrumentalidade das formas e do *pas de nullité sans grief* (fls. 640 a 642, e-STJ), não havendo que se cogitar em omissão ou equívoco na análise das teses.

Superior Tribunal de Justiça

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora